

COMUNICADO FINAL

18.^a Edição do Fórum de Governança da Internet da África Occidental

Soberania Digital e Valor Económico no Mercado
Digital Integrado da África Occidental



Preâmbulo

Nós, os parlamentares da África Ocidental, reunidos sob os auspícios da Rede Parlamentar da África Ocidental sobre a Governança da Internet (WAPNIG), reunidos em Freetown, Serra Leoa, nos dias 14 e 15 de maio de 2026, para a Vertente Parlamentar do Fórum de Governança da Internet da África Ocidental (WAIGF) 2026,

Reconhecendo o papel de coordenação da WAPNIG e do Secretariado do FGI da África Ocidental, bem como as contribuições de abertura de Mary Uduma, Coordenadora do WAIGF; Chengetai Masango, Chefe do Fórum das Nações Unidas sobre a Governança da Internet; Exmo. Fallah Tengbeh, Vice-Presidente da Comissão de Comunicação, Tecnologia e Inovação do Parlamento da Serra Leoa; Exma. Lydia Lamisi Akanvariba, Ministra de Estado para as Reformas do Setor Público do Gana; e Gilbert Bosco N'habay, Secretário Adjunto da Câmara dos Deputados da Serra Leoa;

Esta 3.^a reunião anual enfatizou a transição da observação para a Soberania Digital em Ação.

Reconhecendo a importância crucial de quadros legislativos sólidos na governança da transformação digital da África Ocidental e do continente africano em geral;

1. Soberania Digital e o Mercado Digital Integrado

No que diz respeito à soberania digital, os parlamentares da África Ocidental afirmaram que:

- A soberania digital não é meramente uma questão técnica, mas um imperativo legislativo. Os Estados devem definir por lei como os dados nacionais são armazenados, processados e protegidos, e devem resistir a ceder estas decisões a agentes comerciais estrangeiros por omissão.
- Os serviços e plataformas digitais que operam na região sem contribuição fiscal representam uma degradação econômica das receitas nacionais. A não tributação dos serviços digitais é um passivo econômico que os legisladores devem abordar com urgência.
- O Parlamento da CEDEAO é um fórum crucial para promover a cooperação digital regional, e os parlamentos membros devem aproveitá-lo de forma proativa para harmonizar as abordagens legislativas em toda a sub-região.

2. Literacia em IA e preparação legislativa

Um Workshop AI Sprinter apresentou aos parlamentares o Quadro de IA e enfatizou o papel estratégico da inteligência artificial e da computação em nuvem no reforço da eficiência parlamentar e da administração pública. Os participantes concordaram que:

- A formação em IA é um pré-requisito para a supervisão democrática da governação tecnológica. Os parlamentares que não conseguem compreender, questionar ou alterar a legislação digital são incapazes de exercer um controlo democrático eficaz sobre as tecnologias que moldam as suas sociedades.
- A África deve investir na sua própria infraestrutura de dados, incluindo centros de dados regionais, para reduzir a dependência estrutural de plataformas ocidentais e exercer um controlo significativo sobre os seus ativos de dados.
- Devem ser desenvolvidos quadros de responsabilização para os sistemas de IA utilizados na tomada de decisões públicas, a fim de garantir a transparência, a equidade e a reparação.

3. Responsabilização das plataformas, justiça fiscal e proteção do consumidor

Os parlamentares afirmaram que:

- A justiça fiscal — garantir que as plataformas digitais contribuam de forma equitativa para as economias locais em que operam — é um objetivo legislativo legítimo e urgente. Os parlamentos devem fazer valer este princípio através de quadros fiscais, condições de licenciamento e requisitos de transparência.
- Os legisladores devem encontrar um equilíbrio adequado: garantir a responsabilização e a contribuição fiscal sem criar ambientes regulatórios que dissuadam o investimento e a inovação de que a região necessita.
- A legislação em matéria de proteção do consumidor deve acompanhar o ritmo da economia digital, abrangendo os direitos em matéria de dados, a responsabilização algorítmica e os mecanismos de reparação por danos relacionados com as plataformas.

4. Governação e Regulamentação da IA

O workshop parlamentar sobre a governação da IA dotou os parlamentares de conhecimentos práticos e ferramentas para o envolvimento legislativo em matéria de IA. As principais conclusões incluíram:

- A África Ocidental enfrenta desafios estruturais na governação digital, incluindo défices de infraestruturas, elevada dependência de plataformas estrangeiras e a ausência de quadros regulamentares harmonizados. Estes desafios podem ser resolvidos através de uma ação parlamentar coordenada.

- A legislação sobre a governação da IA deve estar preparada para o futuro: assente em princípios que se possam adaptar a uma tecnologia em rápida evolução, em vez de especificações técnicas rígidas que rapidamente se tornam obsoletas.

5. Economia de dados e o papel dos parlamentos

O Laboratório de Implementação explorou a forma como os parlamentares podem moldar quadros de governação de dados que protejam os cidadãos, ao mesmo tempo que libertam o potencial económico. A sessão afirmou que:

- A governação de dados não é uma função puramente executiva — os parlamentos devem assumir a responsabilidade pela infraestrutura legislativa em matéria de proteção de dados, localização de dados e fluxos transfronteiriços de dados.
- Uma norma harmonizada a nível da CEDEAO para a governação de dados proporcionaria uma base comum para os Estados-membros, permitindo que a região participasse em condições mais equitativas na economia digital global.
- O quadro de proteção de dados do Senegal e a sua autoridade de proteção de dados em pleno funcionamento foram destacados como um modelo regional e uma referência da qual outros Estados-membros deveriam retirar lições e melhores práticas.

6. Apelos à ação

Com base nas discussões acima referidas, os parlamentares da WAPNIG apelam aos parlamentos membros, às instituições da CEDEAO e às organizações parceiras para que tomem as seguintes medidas:

Para os parlamentos membros

- Promulgar ou reforçar a legislação nacional em matéria de proteção de dados, com especial atenção à localização de dados, aos direitos dos titulares de dados e à criação de autoridades de proteção de dados dotadas de competências.
- Integrar a literacia em IA e tecnologias digitais nos programas de reforço de capacidades parlamentares, para dotar os legisladores de competências para analisar, alterar e supervisionar eficazmente a legislação digital.
- Introduzir legislação fiscal para garantir que as plataformas e serviços digitais que operam nas jurisdições nacionais contribuam de forma justa para a base tributária nacional.

- Ratificar e transpor para o direito interno a Convenção de Malabo sobre Cibersegurança e Proteção de Dados Pessoais com caráter prioritário.

Para a CEDEAO e os organismos regionais

- Desenvolver e promover um quadro harmonizado de governação digital da CEDEAO, abrangendo a proteção de dados, a responsabilização das plataformas, a cibersegurança e a regulamentação da IA, para orientar uma legislação nacional convergente em toda a sub-região.
- Utilizar o Parlamento da CEDEAO como veículo para a coordenação das políticas digitais regionais e a harmonização legislativa.
- Investir no desenvolvimento de infraestruturas de dados regionais, incluindo centros de dados, para reduzir a dependência de fornecedores de serviços na nuvem estrangeiros e afirmar a soberania regional em matéria de dados.

Para a WAPNIG e a Comunidade do FGI

- Documentar e divulgar modelos legislativos e melhores práticas de toda a região, incluindo iniciativas existentes do Senegal, da Nigéria e de outros Estados-membros, para servirem de quadros replicáveis.
- Promover um envolvimento estruturado de múltiplas partes interessadas entre parlamentos, organizações da sociedade civil, organismos técnicos como a AFRINIC e o setor privado, para garantir a elaboração de políticas de governação digital inclusivas e legítimas.
- Levar as prioridades identificadas neste Fórum para as deliberações do FGI global e de outros fóruns internacionais relevantes.

Encerramento

Os participantes da Vertente Parlamentar da WAPNIG expressam a sua sincera gratidão ao Governo e ao povo da Serra Leoa por acolherem o FGI da África Ocidental 2026 em Freetown, e felicitam o Secretariado da WAPNIG, o Secretariado do WAIGF, a Smart Africa, a Corporação Alemã, a AFRINIC e a todos os especialistas que contribuíram para a qualidade deste encontro de dois dias.

Reafirmamos o nosso compromisso coletivo de promover um futuro digital aberto, seguro, inclusivo e respeitador dos direitos para a África Ocidental – um futuro assente no Estado de direito, na supervisão democrática e na distribuição equitativa dos benefícios da economia digital.

Aprovado por unanimidade em Freetown, Serra Leoa, em 15 de maio de 2026.

Mariam Jobe e Benjamin Ikibah

Secretariado da WAPNIG

Senador Shuaib Afolabi Salisu

Presidente, WAPNIG